

O JORNALISMO ENQUANTO PROFISSÃO: O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA PROFISSIONAL E O SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE IMPRENSA

JOURNALISM AS A PROFESSION: THE DEVELOPMENT OF PROFESSIONAL CULTURE AND PRESS ASSOCIATIONS

Letícia Nunes Pessanha ¹

RESUMO

Todas as profissões para serem instituídas como tal passam por um longo processo de organização. Com o jornalismo não foi diferente. A atividade, considerada pouco prestigiada, vai se consolidar como profissão de fato após a instituição de fatores importantes como o *ethos* e a cultura profissional. O objetivo deste trabalho é relatar e detalhar esse processo de profissionalização, fundamental para a categoria, e que resulta no nascimento das associações e sindicatos de imprensa e na transformação do campo, que deixa de ser artesanal e se torna sólido e estruturado.

Palavras-chave: Associativismo. Cultura profissional. Associação de imprensa. Jornalismo. Ethos.

ABSTRACT

All the professions to be instituted as such go through a long organization process. In journalism it was no different. The activity, considered not very prestigious, will consolidate itself as a profession after the institution of important factors such as ethos and professional culture. The objective of this work is describe and detail this process of professionalization, important to the category, which results in the birth of press associations and unions and in the transformation of the field, which ceases to be artisanal and becomes solid and structured.

Key words: Associativism. Professional culture. Press association. Journalism. Ethos.

¹ Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), em 2015. Especialista em Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal Fluminense, em 2017. Pós-graduada em Gestão Estratégia em Recursos Humanos pelos Institutos Superiores de Ensino do CENSA, em 2018. Aluna especial do programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Endereço para correspondência: lnunesspessanha@yahoo.com.br

Submetido em 22/03/2018. Aceito em 23/04/2018.

A autora declara não haver conflito de interesse.

1. INTRODUÇÃO

Marques de Mello (2007) define a atividade jornalística como um fenômeno universal. A imprensa permitiu que o homem acompanhasse os acontecimentos da humanidade através de relatos inicialmente escritos². Mais tarde, ela começa a ter uma relação com o capitalismo, onde as organizações serão criadas para o desenvolvimento e o exercício da profissão.³

O estilo romanceado, presente até os dias de hoje, a sensibilidade dos relatos e a forma de apuração das informações, com objetividade, transformou o jornalismo em uma ferramenta de influência e poder sobre a sociedade, tornando a atividade de interesse público. No Brasil, o ofício da imprensa vem acontecer, de forma consolidada, no século XIX.⁴ Tal a demora está relacionada a alguns fatores como o analfabetismo, os efeitos da colonização e, mais fortemente, a censura.

Porém, para ser considerada de fato uma profissão, o jornalismo passou por significativas mudanças, que permitiram as legitimações da atividade e o seu consequente desenvolvimento. Por um bom tempo, o exercício não era valorizado como tal e não gozava de prestígio como as demais profissões. Assim, a categoria não se sentia parte do meio e a péssima remuneração também influenciou nesse descontentamento.

A desvalorização da atividade jornalística refletiu em muitos aspectos da formação intelectual da categoria e principalmente na profissionalização. Esse processo, longo e dispendioso começa a ganhar força após o ano de 1820 (DEOLINDO, 2014). A partir de então, a atividade jornalística vai se consolidando e amadurecendo. O objetivo deste trabalho é detalhar, através de uma pesquisa bibliográfica, cada etapa do ciclo de profissionalização do jornalismo: desde a criação de um *ethos* próprio até o surgimento de associações, clubes, sindicatos e instituições que legitimassem e protegessem o papel da atividade jornalística.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O JORNALISMO COMO PEÇA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

² De 59 a.C, as *Actas diurnas* foram os primeiros indícios de jornalismo na história. Tratavam-se de publicações oficiais do governo e era por meio delas, que o imperador César colocava a disposição da população informações do que estava acontecendo no império e também fora dele.

³ "As primeiras empresas jornalísticas surgiram, no Brasil, no início do século XX, por ocasião da urbanização,

⁴ Período marca o início do debate sobre tal processo com a fundação da Associação Brasileira de Imprensa em 1908. Dez anos depois, a entidade organizou o 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas, onde sugeriu medidas, como a fundação de uma escola de jornalismo, a liberdade de imprensa e a ética jornalística, entre outros. (MARÔPO, 2008, p. 415)

Nelson Traquina (2005) avalia o jornalismo como uma das profissões mais complicadas "e com maiores responsabilidades sociais" (p.22) e determina o jornalista como "participante ativo na definição e na construção das notícias e, por consequência, na construção da realidade" (p.26).

Rogério Christofolletti (2008) também compartilha desse pensamento e classifica o jornalismo como o responsável pelo desenvolvimento das sociedades. Trata-se de um processo "que se planta e se espalha na relação entre os humanos" (p.11).

O jornalismo é uma atividade social, que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana. É uma prática que orienta, instrui e denuncia desmandos e desvios. É uma profissão que lida com pessoas, interesses, honras e reputações. É um campo de dissemina afirmações, reforça preconceitos, forma opiniões e organiza (ou tenta organizar) o cotidiano das pessoas. (CHRISTOFOLLETTI, 2008, p.18)

A Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, que resultou na criação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, (op. cit. DEOLINDO, 2006, p.12) foram dois fatores muito importantes para que o papel da imprensa começasse a ganhar força e destaque, inclusive, no setor político. Esses acontecimentos despertaram na humanidade um sentimento de liberdade e desprendimento do convencional. O cenário de efervescência iluminista⁵ e cultural fez com que os jornais, além se tornarem uma ferramenta de destaque dos acontecimentos, também se transformassem em meios fundamentais para a luta partidária⁶. Felipe Pena (2005) afirma que o jornalismo "deveria ter o compromisso com a verdade para ajudar o povo a se autogovernar" (p.32).

Christofotelli (2008) ainda reforça que o jornalista surge como um indivíduo que "responde pela informação que divulga" (p.86), sendo "um profissional guiado pelo interesse público, de espírito democrático e avesso à censura ou a qualquer interrupção do fluxo informativo" (p.86). A atividade aparece para a sociedade como uma forma de libertação dos governos autoritários e também uma maneira de divulgar os acontecimentos ocorridos em qualquer parte do mundo.

Acessar as mais diferentes ideias e propostas, bem como acompanhar os acontecimentos em uma sociedade cada vez mais ampla e difusa, só se tornaria possível através da imprensa. Expressar ideias e opiniões, e acessar as informações e saber o que se passa, transformaram-se, desde essa época, nos direitos mais preciosos

⁵ O movimento intelectual que eclodiu no século XVIII pregava a liberdade tanto econômica, quanto política. Esse modelo de pensamento também queria a igualdade e a fraternidade e logo ganhou o apoio da burguesia.

⁶ Segundo Neveu (2006), "o jornalismo constrói para si uma espécie de missão, de lugar e vocação social: fiscaliza os poderes estabelecidos, investiga e denuncia abusos, luta por uma camada da sociedade". (p.35)

da humanidade e condição *sine qua non* para o progresso do Homem. (DEOLINDO, 2014, p. 12).

Atualmente, o papel da imprensa é fundamental no desenvolvimento das sociedades. O jornalismo tem o poder de induzir o imaginário, fornecendo um leque de versões sobre qualquer assunto, que permite que cada um tenha uma visão sobre determinado fato. É o processo de formação da opinião pública.

Apesar disso, segundo o sociólogo norte-americano Michael Schudson (1978), por muito anos, o jornalismo foi uma atividade muito desvalorizada. Em 1983, por exemplo, o jornalismo era bem mais estabelecido, porém ainda não estava entre as profissões respeitadas e consideradas pela população. Essa desvalorização acabou resultando em um sentimento de não pertencimento a uma profissão por parte da categoria. Isso fazia também com que o indivíduo que atuava na área jornalística se dividisse com um outro campo, como a medicina e o direito.

Um dos motivos para tal demora foi que a atividade jornalística passou pelo período considerado por Nilson Lage (2001) de fase do publicismo, onde a atividade ainda era artesanal e qualquer pessoa podia ser considerada jornalista ao ter boa escrita e acessar às tipografias para tornar público textos literários e artigos noticiosos e opinativos. Além disso, tal processo "não exigia um período de preparação longo e dispendioso" (MARÔPO, 2008, p. 416).

Portanto, inicialmente, o jornalismo era algo relacionado as questões de dom e instinto, quem escrevia o fazia porque gostava e não se preocupava em ter uma qualificação nesta área, já que segundo Nelson Traquina (2005), a atividade era considerada o primeiro degrau para subir nas escadas de outras profissões.

(...) a história do jornalismo tem sido também um processo de profissionalização, lento e difícil, onde a procura de estatuto social e de legitimidade por parte dos jornalistas constitui objetivo essencial, tendo como modelo de referência as profissões liberais, como médicos e advogados (TRAQUINA, 2005, p. 105).

Marôpo (2008) assinala que no Brasil, antes da consolidação da profissão, o que se via era o desenvolvimento do jornalismo político-literário e quem escrevia para os jornais eram romancistas, cronistas e teatrólogo. "Não havendo registro de jornada de trabalho ou até mesmo salário fixo" (p. 415).

A falta de uma identidade profissional, de uma cultura jornalística e a escassez de organizações que defendessem o indivíduo enquanto profissional e responsável pela disseminação de notícias sobre a sociedade, e que legitimassem o papel da atividade desenvolvida pela categoria, fizeram com que a construção e consolidação da profissão acontecesse de forma tardia e descontínua (NEVEU, 2006).

Traquina (2005) ressalta ainda que a sociologia das profissões estabelecia um limite entre o que seria uma profissão. Segundo o autor, o indivíduo com uma ocupação exerce apenas um trabalho e recebe pela atividade, já um profissional goza de prestígio por desempenhar uma função tradicional. Era isso que o jornalismo buscava, ser uma profissão como as outras e não um trabalho remunerado apenas.

2.2. IDENTIDADE E *ETHOS* PROFISSIONAL

Criada pelo ser humano, a identidade de cada um pertence a uma única personalidade e isso se reflete também na construção do seu *ethos* próprio, afirma Hughes (1963). Ela também sofre transformações de forma constante e está ligada diretamente à memória.

De acordo com Pollak (1992), o processo de organização, que está ligado a seleção de acontecimentos relevantes determinados por algum tipo de conflito, e produção de sentido, que inclui amnésias, é chamado de memória, e que esta seria configurada a partir de dois elementos:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p.201).

O autor esclarece ainda que os aspectos do passado são lembrados de acordo com relevância e com a intensidade que têm para os indivíduos que os recordam. Ao longo da vida, o indivíduo nunca vai guardar em sua memória todos os detalhes e acontecimentos, mas, apenas os fatos que foram marcantes de alguma forma e que ajudaram na formação do que ele é hoje. Na concepção de Pollak (1992), a memória é "um fenômeno construído" (p. 204), assim como a identidade.

No campo da formação de um grupo profissional, a criação de uma identidade se dá a partir da união de "caracteres próprios" de várias pessoas, que nesse aspecto, vão além de nome, sexo e impressões digitais. São características exclusivas de cada indivíduo, que quando unidas configuram aquilo que se chama identidade. São contradições e ideologias que só serão adquiridas a partir do momento em que se vive.

No caso de uma categoria, a construção da identidade será feita durante o exercício diário da profissão em conjunto. Pollak (1992) acredita que "a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade" (p.204), por meio da negociação direta com outras pessoas.

Numa profissão, cada aspecto e lembrança relevante da memória individual vai se fundir com pensamento daquela categoria, que por sua vez tem ligação direta com o *ethos* profissional, aquilo define e constitui o ser enquanto jornalista e defensor de uma ocupação.

A palavra grega *ethos* origina o que se conhece por ética. Segundo Pedro (2014), essas cinco letras possuem dois tipos de grafias e significados. O primeiro é "êthos", que significa também "a interioridade dos homens" (RENAUD, 2001, p. 10). A outra versão da palavra é "éthos", que representa os hábitos, costumes, valores, comportamentos, significações e proposições que tem interferência no modo de ser de uma pessoa. Trata-se de um dos elementos que constitui a identidade. A partir da definição de caráter moral da palavra, o *ethos* define as características e traços comportamentais que definem um grupo, comunidade ou nação.

Assim a identidade profissional também é constituída por um campo de valores, crenças, hábitos e costumes compartilhados por determinada tribo. Essa comunidade se constitui pelos interesses desenvolvidos pelas pessoas que fazem parte dela, pelos objetivos que se querem alcançar e pelo que se pretende cumprir no exercício daquela atividade.

(...) o foco das ações de um profissional ajuda a delinear uma ética específica, um perfil de conduta, um conjunto de parâmetros e de padrões de comportamento. Há um *ethos* profissional, um espírito próprio de como se colocar nas situações e de como se relacionar com as pessoas, seguindo certos valores (NEVEU, 2006, p.22).

A adoção de uma identidade profissional tem um impacto significativo nas formas de se pensar, comportamento e opinar do indivíduo por meio do desenvolvimento de ideologias profissionais distintas. No caso do jornalista, ele "deve se pautar pelos interesses e preocupações comuns e que não valores específicos que lhe sirvam de orientação", segundo TRAQUINA (2005).

No caso do jornalismo, a identidade nasce a partir do momento em que o campo deixa de ser apenas uma atividade para começar a buscar a sua profissionalização a partir de seus integrantes.

O que é ser jornalista parte de toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias. A identidade profissional, isto é, um *ethos*, é definida por uma maneira de como se deve ser (jornalista) /estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2005, p.37).

2.3. A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA PROFISSIONAL

A concepção de uma identidade contribui para o nascimento da cultura profissional, um outro fator imprescindível na fundamentação de uma profissão. Traquina classifica os jornalistas "como membros de uma comunidade interpretativa que partilham uma identidade profissional, valores e cultura comuns" (2005, p.29), e para a formação de um grupo interpretativo é preciso que haja uma identidade que envolve todos os membros deste grupo.

Já Neveu (2006) sugere ainda que, além de possuir uma identidade compartilhada, uma profissão também oferece acesso à atividades que desenvolvam a categoria, como a criação de escolas de jornalismo para garantir um diploma ou certificado ao aluno⁷, e também tem poder na criação de entidades que favorecem a imprensa. Nestas áreas, a cultura profissional e a ética estão unidas, de forma a cumprir o que é estabelecido pelas leis do Estado.

É na formação escolar, promovida inicialmente no Brasil pela Cásper Líbero, em 1947, que o futuro jornalista vai aprender e entender todos os propósitos defendidos por aquele grupo, enquanto profissão.

O documento final do 1º Congresso Nacional de Jornalistas em 1918 já colocava a escola de jornalismo como uma "necessidade urgente" no Brasil. A Associação Brasileira de Imprensa acreditava que a formação elevaria o nível moral da profissão, auxiliaria no cumprimento de uma rigorosa ética jornalística e aproximaria os jornalistas entre si (...) no entanto, a regulamentação pelo Ministério da Educação de um curso universitário só foi efectivada uma década depois. O que possibilitou a abertura do ensino oficial universitário de jornalismo no Brasil em 1947, fruto da iniciativa do jornalista e empresário Cásper Líbero, director proprietário de um dos mais modernos jornais da América Latina da época, o vespertino paulista A Gazeta (Hime, 2004: 02). Empreendedor de sucesso, viajante assíduo para os Estados Unidos e Europa, Cásper Líbero via o jornalismo como um negócio e defendia a formação dos jornalistas como fundamental para que pudessem lidar com as novas técnicas que a actividade exigia (MARÔPO, 2008, p. 417).

Nas universidades, os professores devem provocar os alunos para que reflitam sobre a necessidade de ter um campo profissional voltado para as necessidades da sociedade e do jornalismo

⁷ Em 1969, foi criado um decreto "que instituíra a obrigatoriedade de diploma, em Jornalismo, para exercer a profissão no país, acrescentando a necessidade de remuneração mínima. Tal Decreto amplificou aquilo que compreende a atividade jornalística, incluindo outras tarefas designadas ao jornalismo, como o ensino de técnicas jornalísticas. Uma de suas principais funções foi a de valorizar os cursos de jornalismo e impedir o exercício da profissão a pessoas que não eram formadas em cursos de nível superior" (PETRARCA, 2010, p. 86).

ser uma atividade de interesse público (MARÔPO, 2008). Christofotelli (2008) acredita que além desse estímulo, as escolas de comunicação devem também incentivar debates, fomentar o senso crítico e promover um ambiente de discussão acerca dos limites e das responsabilidades do profissional no meio social contemporâneo" (p.24).

Para que se estabeleça uma profissão, também é preciso que exista um conjunto de regras que irão reger aquele grupo de indivíduos praticantes de uma mesma atividade. Essas normas são criadas para evitar hábitos, atitudes e pensamentos, que não condizem com a identidade da profissão, se misturem com as virtudes dos profissionais e acabem colocando o jornalista em situações desconfortáveis em relação a moral e os costumes diante da sociedade no exercício de sua atividade. O jornalista trabalha com a verdade e não cumprir com este compromisso representa um erro grave. A ética é um valor que precisa estar sempre presente no exercício dessa profissão.

No exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho. Repórteres, redatores e editores precisam dominar equipamentos e linguagens, mas não devem se descolar de seus compromentimentos e valores (...) (CHRISTOFOTELLI, 2008, p.11).

Logo, os códigos deontológicos existem para alinhar os caminhos do integrante da "tribo" através a ética e também construir a base cognitiva da profissão. Segundo Nelson Traquina (2005), as preocupações em relação aos códigos no jornalismo surgiram no século XX. Essas inquietações aparecem no momento em que a atividade quer se profissionalizar e precisa estabelecer normas para manter a comunidade coesa.

No Brasil, o Código de Ética dos Jornalistas, que é o que atualmente rege a profissão, foi desenvolvido há **70 anos**⁸ para guiar a conduta desse profissional, enquanto parte de uma comunidade interpretativa. Em 2007, o código foi modificado após aprovação por parte de representantes de 223 estados brasileiros de algumas mudanças no regimento. A reformulação foi feita no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, que aconteceu em Vitória, capital do Espírito Santo. O objetivo do código era ajudar os jornalistas durante a sua rotina de trabalho (REINHOLZ, 2007).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é composto de dezenove artigos divididos em cinco capítulos que vão do direito à informação até as relações profissionais, passando pela conduta e responsabilidade dos jornalistas. Os valores especificados não destoam muito dos já enunciados nos códigos das entidades

⁸ O primeiro código dos jornalistas brasileiros foi criado em 1949 e apenas revisado quase vinte anos depois, em 1968, de acordo com Christofotelli (2008). O documento teve como proposta determinar regras para servir de base para o trabalho dos profissionais da categoria. O código também fixava normas para o comportamento do jornalista nas relações com as fontes de informação, com os colegas de classe e também com a sociedade.

empresariais: direito à informação, correção e precisão das informações, veracidade dos fatos, interesse público, liberdade de imprensa, pluralismo, clareza, sigilo da fonte, respeito à intimidade e à privacidade (...) (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.86).

Greenwood (1957 *apud* TRAQUINA, 2005), caracteriza o que é preciso para definição de uma profissão. Para o autor, ela se desenvolve a partir de cinco fatores: "uma teoria sistemática, um sentimento de autoridade por parte dos membros do grupo, a ratificação por parte da comunidade dos "agentes especializados", a existência de um código ético, e a existência de uma cultura profissional" (p.94).

Nesta construção teórica do jornalismo, apontamos que os membros da comunidade profissional partilham não só uma maneira de vez, mas também uma maneira de agir e uma maneira de falar, o "jornalês" (TRAQUINA, 2005, p.30).

A cultura profissional, além da identidade e da deontologia, também reúne os símbolos, modos, hábitos e valores que são instituídos como normas para aquele grupo e é avessa a duas questões: o individualismo e egocentrismo."A existência de uma cultura profissional constitui o atributo que mais efetivamente diferencia uma profissão das outras ocupações" (1957 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 105). Para o autor, apesar de ser o último fator da lista de definições de uma profissão, a cultura é o fator mais importante para esta atribuição e o jornalismo é o campo que possui a mais rica cultura profissional.

Nesse caso, a cultura profissional está ligada ao enriquecimento do saber do indivíduo, já que a partir do momento que aquele membro faz parte da profissão, anteriormente ele já imergiu naquela cultura específica, nos valores e atribuições destinadas àquele grupo e moldadas pelos próprios membros.

2.4. O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS

Para completar o ciclo da profissionalização do jornalismo, resta um fator muito importante: o surgimento de associações, clubes, sindicatos e instituições que legitimassem e protegessem o papel da atividade jornalística. Estas entidades nasceram para definir um lugar para as reuniões de determinada categoria e ser a construção de uma fortaleza que busca lutar pelos direitos do profissional.

Baldessar (2003 *apud* WILENSKI, 1964)⁹ para classificar os principais critérios que definem um grupo desenvolvedor de determinadas atividades a ser denominado como uma profissão. Entre

⁹ Wilensky, Howard L. (1964). "The professionalization of everyone?". American Journal of Sociology, Vol. LXX. nº 2.

eles está o surgimento de entidades profissionais. Eram organizações criadas pelos membros daquele campo, que possuíam um caráter de preocupação com os indivíduos que pertenciam àquela atividade.

Elas visavam lutar pela liberdade de imprensa, além de melhores condições de trabalho e também a proteção o profissional, oferecendo a categoria uma atmosfera adequada para exercício da atividade, tanto nas organizações empresariais, como um salário adequado, quanto também externamente. Algumas instituições, inclusive, pretendiam ajudar aos jornalistas que passavam por dificuldades, como foi o caso da Associação Nacional de Jornalistas da Inglaterra, que surgiu em 1884, e posteriormente foi chamada de Instituto de Jornalistas.

As organizações naquela época, visavam a construção da coesão profissional. "A criação de associações e sindicatos fez parte do processo de legitimação e do fortalecimento do jornalismo como profissão" (LENE E LOPES, 2015, p.5). Essa fase começou a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa.

No Brasil, a profissionalização do jornalista se deu mais tardiamente e isso também inclui o período em que começaram a surgir estas entidades no nosso país, de acordo com Mendes (1999) e Baldessar (2003). Para Petrarca (2008), essas entidades tinham como proposta "reunir os jornalistas" e também "defendiam o estabelecimento critérios formais para exercer a profissão" (p. 84).

O discurso legitimador do papel profissional e público da atividade jornalística toma como missão dos jornalistas contribuir para o desenvolvimento da sociedade e a manutenção dos valores democráticos, fornecendo informações e análises acerca do andamento da vida, da sociedade, da política (DEOLINDO, 2014, p. 37).

Apesar de todas as entidades terem em sua base o mesmo propósito que é a defesa do papel do jornalista, elas se diferem em alguns aspectos. A palavra sindicato é de origem francesa - *syndic* - e está ligada a representação de um determinado grupo ou comunidade. Karl Marx (apud BORGES, 2006) classifica este tipo de entidade como fundamental para os conflitos entre capital e trabalho, além de ser um instrumento que busca banir o sistema de trabalho assalariado.

Em Portugal, o primeiro sindicato da categoria de imprensa a ser fundado foi o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1896, que inicialmente era chamado de Associação de Jornalistas¹⁰. Na pauta de propostas, "regular a carteira de identidade profissional, elaborar um contrato colectivo de trabalho, dar resposta ao Inquérito da Repartição Internacional de Jornalista sobre as condições de vida dos jornalistas, instalar o sindicato em edifício próprio, lutar peça criação

¹⁰ Essa organização, inicialmente, reunia somente escritores que se dedicassem ao jornalismo, fazendo deste ou não sua ocupação principal. A partir disso, nasceram outras entidades como a Associação de Imprensa Portuguesa, que tinha o objetivo de agrupar todos os profissionais que faziam parte de uma redação jornalística.

de uma escola de jornalismo e de uma caixa de previdência" (CUNHA IN SOBREIRA, 2003, p. 48-49). A instituição não permaneceu ativa por muito tempo, apenas dois anos.

Já no Brasil, o primeiro sindicato aparece com um atraso de mais de vinte anos do cenário europeu. A entidade foi fundada em 1919, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Porém, antes disso nascia a mais tradicional organização de representatividade dos profissionais da imprensa do país, a Associação Brasileira de Imprensa.

Criada no dia 7 de abril de 1908¹¹, um ano após o Congresso Operário Brasileiro, visando ser uma entidade de caráter neutro, que pudesse acolher todos os profissionais do ramo, tendo como principal objetivo proteger os direitos dos trabalhadores¹². Hoje, com 111 anos de fundação, a ABI mantém teve papel fundamental na construção e fortalecimento da identidade profissional.

Em 1939, o jornalista Cásper Líbero se uniu ao colega Edgard Leuenroth para fundar a Federação das Associações de Imprensa do Brasil (Faibra)¹³. Seis anos antes, eles já haviam fundado a Associação Paulista de Imprensa. A Faibra surgiu para atender as necessidades das associações e também como primeira organização que pudesse reunir todas as entidades associativas do setor de imprensa. Em 1981, a federação passou por mudanças¹⁴ e foi incorporada a Fenai - Federação Nacional de Imprensa. Um dos objetivos dessa união eram a junção de todos os setores e profissionais da imprensa brasileira em um único órgão representativo.

Já em 1946, nasceu a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ),¹⁵ com a missão de ser um conglomerado que lutasse em defesa da categoria brasileira, se destacando na "longa e árdua jornada pela adoção de regras que organizassem a profissão e garantissem para a sociedade acesso público à informação ética e plural", e sem esquecer da preservação da liberdade de imprensa. Segundo Marôpo, em 2008, a FENAJ mantinha filiados mais 30 de sindicatos, que ao todo reuniam mais de 80 mil associados. A autora (2008) afirma que entidade nasceu pretendendo "defender a qualidade do jornalismo, a dignidade dos jornalistas, lutar pela igualdade de expressão e de imprensa, pela consolidação da democracia e por uma sociedade justa e igualitária" (p. 420).

Além da Fenaj e da ABI, atualmente, o Brasil possui algumas entidades que foram fundadas durante o período da profissionalização da categoria e que surgiram no século XXI. Estas instituições

¹¹ "A entidade teve muitas dificuldades de se manter em funcionamento nos primeiros anos e tinha propósitos assistencialistas, como manter uma caixa de pensões, proporcionar assistência médica e construir um retiro para reformados" (MARÔPO, 2008, p. 418).

¹² Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/historia/> (Acesso: 07/06/2018)

¹³ Disponível em: <http://fenai.org.br/> (Acesso: 24/8/2018)

¹⁴ Reorganização aconteceu no Recife - Pernambuco, durante 2º Encontro Nacional das Associações de Imprensa, em 1981. Já em 1999, as duas entidades passaram a ter gestão unificada, após uma assembleia geral conjunta.

¹⁵ Criada 20 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/texto_fenaj.htm (Acesso: 09/06/2018)

se unem as antigas, como um espaço para união da categoria. Entre as associações as pioneiras está a Associação de Imprensa Campista, criada em 17 de julho de 1929, a partir da iniciativa de trabalhadores da imprensa em uma reunião da filial do jornal "O Estado", em Campos dos Goytacazes, visando a defesa dos direitos e da liberdade imprensa. Atualmente, a AIC é a única entidade da região Norte e Norte Fluminense e como instituição da categoria, mantém o seu papel em defesa do profissional de imprensa.

3. CONCLUSÃO

O jornalismo enquanto profissão que está consolidada nos dias atuais passou por um longo processo de desenvolvimento e profissionalização. A atividade pouco prestigiada e valorizada era selecionada por muitos indivíduos como trampolim para os que desejavam cursar Direito ou Medicina.

Assim, para se estabelecer como profissão de forma oficial, a categoria precisou se unir para a criação de pontos importantes. Portanto, a união desses fatores como a identidade profissional, a criação de uma comunidade, ou tribo (TRAQUINA, 2005), que possui uma cultura norteadora e estes integrantes se unem para pensar na elaboração de códigos de regimento a partir de uma ética, e que esses indivíduos enquanto comunidade se ajudaram na construção de entidades representativas para sair em busca do reconhecimento para atividade, que até então era algo, exercido como se fosse um *hobby* ou uma atividade de lazer, é o que coloca o jornalista enquanto profissional de tal área.

Estas composições foram fundamentais para a estruturação da profissão jornalística, pois a partir do momento que o indivíduo que atuava com o jornalismo passou a ser um profissional da categoria, ele é parte de uma atmosfera que é mediada por um discurso de identidade, que precisa seguir um padrão (as regras), instituídas de uma deontologia própria, fazendo com que os jornalistas tenham papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, como formador de opinião pública e construtor de uma narrativa sobre a realidade.

Logo, o que se vê como jornalismo hoje é fruto de um longo e difícil processo que durou muitos anos, de uma realidade praticamente comum ao mundo inteiro. Através da força de pessoas que queriam se legitimar como profissional que realmente eram, o campo ganhou força para se firmar como importante na disseminação de notícias, através da apuração e divulgação de fatos que são relevantes no cotidiano das civilizações. O jornalismo tem um poder nas mãos: de influenciar de todas as formas e de maneira constante, a rotina do grande público mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA CAMPISTA. Disponível em: <<http://associacaodeimprensa.blogspot.com.br>>. Acesso: 8 de maio de 2018.
2. BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação**. Florianópolis: Editora Insular, 2003.
3. BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. Confederação Nacional dos Trabalhadores, 2006.
4. CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008. 121 p.
5. DE MELO, José Marques. Pensamento Jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 30, n. 2, p. 15, 2007.
6. DEOLINDO, Jacqueline. Jornalismo como serviço público - fundamentos históricos. In: **3º. Encontro Regional Sudeste de História da Mídia**. Rio de Janeiro, 2014. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013-historia-do-jornalismo/jornalismo-como-servico-publico-2013-fundamentos-historicos/view>>. Acesso em 1 de maio de 2018.
7. HUGHES, Everett Cherrington (1963). "**Professions**". *Daedalus*. Fall, v. 93, n.4.
8. LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
9. LENE, Hérica. Memória e História da Comunicação: a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no processo de profissionalização do jornalista. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 1, 2015.
10. LENE, Hérica; LOPES, Rafael. Memórias do jornalismo na Bahia: censura, conflitos e o surgimento da associação bahiana de imprensa na década de 1930. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 4, n. 2, 2015.
11. MARÔPO, Lidia. Construções identitárias dos jornalistas: uma análise comparada entre Brasil e Portugal. In: **Comunicação e Cidadania**. Actas do 5º Congresso da SOPCOM. 2008. p. 414-427.
12. MENDES, R. **A profissionalização do jornalismo no Brasil**. Sala de Pensa, Columbia/Missouri/EUA v.II, p, 01-32,01 abri 1999.
13. NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 215 p.
14. PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 55, n. 130, p. 483-498, 2014.

15. PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005
16. PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, 2010.
17. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
18. REINHOLZ, F. **Observatório de imprensa**, 2007. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=446CID002>> Acesso em: 1 de maio de 2018.
19. RENAUD, I. “A noção de dever na ética contemporânea”. In: J. Brito (Coord.). **Temas fundamentais de ética**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2001. p. 31-44.
20. SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a social history of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1978.
21. SOBREIRA, Rosa Maria. O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). **Media & Jornalismo**, v. 3, n. 6, p. 67-87, 2003.
22. TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Volume 1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 244 p.
23. _____. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005. 216 p.